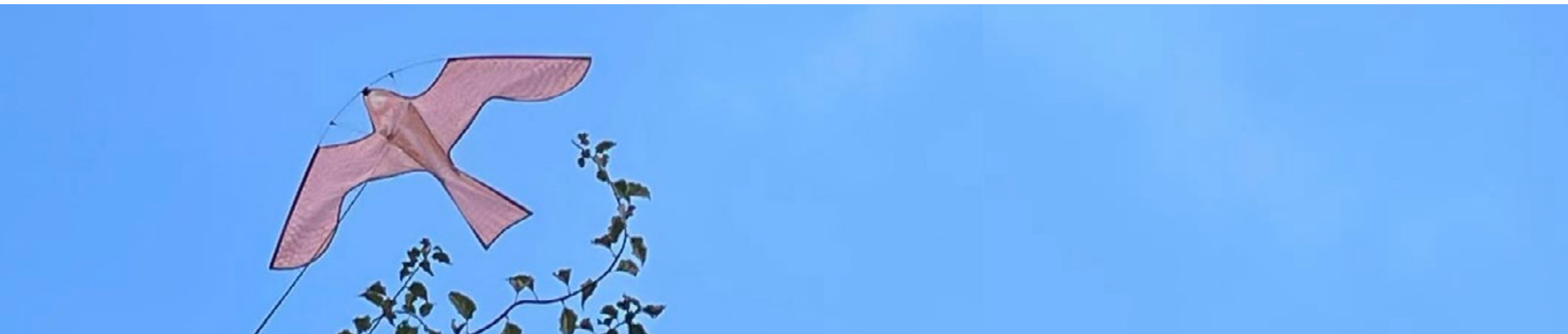




REVISITAR O PASSADO, PENSAR O PRESENTE:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A BRANQUITUDE PORTUGUESA NO TRABALHO COM A MEMÓRIA COLONIAL

Marcela Pedersen¹

REVISITING THE PAST, RETHINKING THE PRESENT:
REFLECTIONS ON PORTUGUESE WHITENESS IN ENGAGING WITH COLONIAL MEMORY

REVISITAR EL PASADO, PENSAR EL PRESENTE:
REFLEXIONES SOBRE LA BLANQUITUD PORTUGUESA EN EL TRABAJO CON LA MEMORIA COLONIAL

¹ Doutoranda em Educação Artística pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e investigadora no Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade (i2ADS). Bolsa de investigação FCT - DOI <https://doi.org/10.54499/2022.10957.BD>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7560666491299130> ORCID: 0000-0003-2590-0155 E-mail: marcela.pedersen@hotmail.com

RESUMO

Em 1934, o Palácio de Cristal, no Porto (Portugal), sediou a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, evento de propaganda das ações colonizadoras e supostos sucessos do Império português. Entre suas marcas, destacam-se a exotização de corpos negros e racializados, materializada na criação de um “zoológico humano”, e os monumentos nacionalistas atualmente exaltados pela cidade. Embora deixados em uma suposta invisibilidade, evitando sua lembrança, permanecem latentes no imaginário colonial que molda as relações sociais no presente. Em 2020, no mesmo local, a Galeria Municipal do Porto inaugura o Programa de Incursão à Galeria (PING!), um projeto de mediação e educação que toma esse passado como matéria de trabalho, convidando pessoas de lugares de fala diversos para questionar sua suposta invisibilidade e seus impactos no presente. Este estudo propõe uma reflexão sobre o PING!, analisando as disputas e negociações do trabalho educativo em um lugar de memória a partir dos conceitos de zona de contato e zona de conflito agonística. A abordagem metodológica se baseia em uma análise episódica, articulada a uma escrita ensaística e narrativa, a partir de situações registradas nos diários de campo do acompanhamento das ações do PING!. A reflexão evidencia que a branquitude portuguesa emerge como eixo central de tensão, manifestando resistências e atitudes racistas diante do confronto com responsabilidades históricas. Conclui-se que lidar com esse desconforto racial branco constitui uma tarefa importante para que práticas educativas possam caminhar para gestos reparativos da história colonial.

Palavras-chave:

mediação; arte-educação; branquitude; memória colonial portuguesa; reparação.

ABSTRACT

In 1934, the Palácio de Cristal in Porto, hosted the First Portuguese Colonial Exhibition, an event designed to promote colonial endeavors and the supposed successes of the Portuguese Empire. Among its defining features were the exoticization of Black and racialized bodies - materialized in a “human zoo” - and the glorification of nationalist monuments throughout the city. Although ostensibly relegated to invisibility to avoid remembrance, these elements remain latent in the colonial imaginary that continues to shape present-day social relations. In 2020, at the same location, the Galeria Municipal do Porto launched the Programa de Incursão à Galeria (PING!), a mediation and education project that engages with this past as a subject of reflection, inviting individuals from diverse positionalities to challenge its supposed invisibility and its ongoing effects. This study offers a reflection on PING!, analyzing the disputes and negotiations involved in educational work within a site of memory, through the concepts of *contact zone* and *agonistic conflict zone*. Methodologically, the approach is grounded in episodic analysis, articulated through essayistic and narrative writing, based on situations recorded in field diaries during the observation of PING!’s activities. The reflection highlights how Portuguese whiteness emerges as a central axis of tension, often expressed through resistance and racist attitudes when confronted with historical responsibilities. The study concludes that engaging with this white racial discomfort constitutes a crucial task if educational practices are to move toward reparative gestures regarding the colonial past.

Keywords: mediation; art education; whiteness; Portuguese colonial memory; reparation.

RESUMEN

En 1934, el Palacio de Cristal, en Oporto (Portugal), acogió la Primera Exposición Colonial Portuguesa, un evento de propaganda de las acciones colonizadoras y los supuestos éxitos del Imperio portugués. Entre sus marcas distintivas se destacan los objetos desplazados de sus territorios, la exotización de cuerpos racializados - materializada en un “zoológico humano” - y los monumentos nacionalistas exaltados en la ciudad. Aunque relegados a una supuesta invisibilidad para evitar su recuerdo, estos elementos permanecen latentes en el imaginario colonial que sigue moldeando las relaciones sociales en el presente. En 2020, en el mismo lugar, la Galería Municipal de Porto inauguró el Programa de Incursão a Galeria (PING!), un proyecto de mediación y educación que toma ese pasado como materia de reflexión, invitando a personas de diversos posicionamientos a cuestionar su invisibilidad y sus impactos en la actualidad. Este estudio propone una reflexión sobre PING!, analizando las disputas y negociaciones implicadas en el trabajo educativo en un lugar de memoria, a partir de los conceptos de zona de contacto y zona de conflicto agonístico. Metodológicamente, el enfoque se fundamenta en un análisis episódico, articulado mediante una escritura ensayística y narrativa, basada en situaciones registradas en diarios de campo durante la observación de las actividades de PING!. La reflexión pone de relieve cómo la blanquitud portuguesa emerge como un eje central de tensión, manifestándose a menudo en formas de resistencia y actitudes racistas frente al enfrentamiento con responsabilidades históricas. El estudio concluye que abordar este malestar racial blanco constituye una tarea crucial para que las prácticas educativas puedan avanzar hacia gestos reparativos respecto al pasado colonial.

Palabras clave: mediación; educación artística; blanquitud; memoria colonial portuguesa; reparar.

Introdução

Em 1934, os Jardins do Palácio de Cristal, no Porto (Portugal), foram transformados em palco de exaltação do colonialismo português. A Primeira Exposição Colonial Portuguesa encenou, entre pavilhões com elementos lúdicos e a criação violenta de um zoológico humano, um imaginário de domínio e exotização do corpo de Outrem, reafirmando uma narrativa colonial racista. Décadas depois, a Galeria Municipal do Porto, situada nesse mesmo jardim, torna-se um espaço onde a mediação educativa procura tensionar as reminiscências desse passado. Mas quais são as tensões, contradições e negociações de trabalhar com o passado colonial português dentro de uma instituição e em uma sociedade cujos mitos do “bom colonizador” e da “colonização branda” ainda permanecem? Como se dá a negociação entre a abertura a vozes negras e imigrantes em um programa institucional e as estruturas coloniais ainda presentes na sociedade?

Nos últimos anos, museus, galerias de arte e instituições culturais têm sido pressionados a lidar com suas implicações coloniais, seja pela restituição de objetos e artefatos obtidos de forma desonesta e violenta, pela revisão crítica de seus acervos e arquivos ou pela abertura a vozes historicamente silenciadas (Cocotle, 2019; Sarr & Savoy, 2018). Mas, as contradições ficam evidentes quando práticas curatoriais e educativas tentam produzir deslocamentos críticos dentro dessas mesmas estruturas, cujas bases, materiais e simbólicas seguem enraizadas em lógicas coloniais e raciais. No caso da Galeria Municipal do Porto, essa tensão se acentua pelo próprio espaço que ocupa: os Jardins do Palácio de Cristal, onde o evento de 1934 evidenciou, de forma violenta, a ordem colonial branca portuguesa e onde, hoje, com o Programa de Incursão à Galeria (PING!), esse evento e a identidade portuguesa são colocados em questão. Chama também atenção o fato do programa convidar grupos historicamente discriminados e silenciados pelo colonialismo para

trabalhar essas questões, fomentando a importância da abertura do educativo para as políticas de representatividade e a presença de uma diversidade de experiências e lugares de fala. Nesse sentido, são tensionados os significados simbólicos e subjetivos sobre quem, nos dias de hoje, é autorizado a falar sobre (e nos) Jardins do Palácio de Cristal, um espaço onde, outrora, pessoas negras e historicamente racializadas foram submetidas a uma encenação colonial violenta.

Dessa forma, este artigo propõe uma reflexão sobre o PING! enquanto um projeto de mediação e educação que atua em um lugar de memória (Sternfeld, 2011), analisando as disputas e negociações que emergem ao revisitar criticamente o evento da exposição colonial. Para isso, mobilizam-se os conceitos de zona de contato (Clifford, 2016; Pratt, 2008 [1992]) e zona de conflito agonística (Sternfeld, 2011). Metodologicamente, o estudo se baseia em uma análise episódica (Kilomba, 2020), articulada a uma escrita ensaística e narrativa, a partir de situações registradas nos diários de campo do acompanhamento das ações do PING! realizadas entre 2022 e 2024.

Olhar para o passado, questionar as lógicas coloniais no presente

A Primeira Exposição Colonial Portuguesa operava como um instrumento político, colonial e comercial que não apenas procurava angariar novos colonos para as colônias, mas também promovia a “legitimação ideológica da missão civilizadora da colonização portuguesa, perpetuando mitos historiográficos do ‘bom colonizador’ e estereótipos deformadores sobre sujeitos colonizados” (Balona, Rodrigues & Coelho, 2022, p. 5).

Entre as diversas atividades que compunham o evento, uma das mais significativas foi a realização de um zoológico humano, onde fizeram a encenação teatralizada de aldeias representando as diversas colônias portuguesas. Isto marcou o deslocamento para Portugal de pessoas dos territórios colonizados, trazidas sob falsos acordos, e que permaneceram

nos jardins do Palácio de Cristal durante os quatro meses de evento. Foram em torno de 324 pessoas trazidas de Cabo Verde, Moçambique, Angola, Timor, Guiné, Macau e Índia. O evento recebeu mais de um milhão e trezentos mil visitantes (Balona, Rodrigues & Coelho, 2022).

A exposição reafirmava a superioridade da raça branca ao estabelecer uma hierarquia de civilização, construída em oposição à figura do “selvagem” e do “exótico”. O zoológico humano procurava reforçar uma manipulação do corpo racializado, presentificando a reflexão de Fanon (2022, p. 158) ao dizer que: “O verdadeiro outrem do branco foi e é o negro. E inversamente. Porém, para o branco o Outro é percebido no plano da imagem corporal, absolutamente como o não-eu, isto é, o não-identificável, o não-assimilável”. O negro, nesse sentido, é construído pela branquitude como um representante do não-eu branco, o oposto de tudo que o branco vê como seu ideal, reduzido à materialidade de seu corpo físico.

Nesse sentido, os zoológicos humanos podem ser compreendidos à luz do conceito de “*exhibitionary complex*” (Bennet, 1995), que descreve um conjunto de aparatos pedagógicos e de entretenimento projetados para produzir e reforçar relações de poder e saber entre as pessoas que observam e aquelas que são expostas. Refere-se a uma tecnologia de visão que organiza modos de percepção, formas de olhar e a própria construção de sujeitos. No contexto da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, o olhar eurocêntrico se consolida como norma, tanto pela subalternização das pessoas expostas quanto pela experiência das pessoas que visitam e que entram em uma lógica de autorregulação e interiorização desse olhar colonial. Assim, o “contraste entre as pessoas expostas e o público e tornaram-se instrumentos poderosos da propaganda colonial, que unia todas as pessoas brancas independentemente do seu estrato social pelo fato de serem superiores aos povos racializados” (Ceuppens, 2022, p. 14).

A colonialidade também se manifesta no espaço da cidade do Porto. Isso se evidencia pela presença de monumentos, como o Monumento ao Esforço Colonizador, criado no contexto da exposição e que segue ocupando uma praça pública da cidade, quanto na manutenção de nomes de ruas e na celebração de figuras históricas ligadas ao colonialismo. Além disso, a ausência de medidas reparadoras reforça essa permanência, seja pela falta de reconhecimento público das pessoas que foram expostas, seja pela inexistência de compensações financeiras. Essa colonialidade também persiste na memória coletiva, marcada pelo silenciamento do evento e pelos casos de racismos cotidianos.

Um dos dispositivos cênicos da exposição foi a construção temporária de um gigantesco elefante branco, posicionado no topo do edifício principal erguido no centro dos jardins. Com a tromba erguida, ele se impunha no espaço e, em menor escala, passou a ocupar também as casas portuguesas na forma de miniaturas, transformado em souvenir. Kilomba (2020, p. 213) diz que “o passado colonial foi ‘memorizado’ no sentido em que ‘não foi esquecido’. Às vezes, preferimos não lembrar, mas, na verdade, não se pode esquecer”. Esse elefante branco, portanto, persiste como um fantasma assombrando os Jardins do Palácio de Cristal. Um elefante-paradoxo: tão imenso, mas ao mesmo tempo não querem que seja visto. Essa presença fantasmagórica explicita a urgência do debate público sobre os símbolos e narrativas históricas representadas na cidade (Balona, Rodrigues e Coelho, 2022).

No mesmo espaço que sediou esse evento colonial, encontra-se hoje a Galeria Municipal do Porto, um espaço expositivo dedicado à arte contemporânea e às práticas interdisciplinares em design, arquitetura, performance e educação. Dentro da galeria foi criado o programa de mediação e educação PING!, comissariado inicialmente por Guilherme Blanc, Juan Toboso e Matilde Seabra, sendo atualmente coordenado por esta última. O PING! propõe uma investigação teórico-prática sobre o contexto em que atua, refletindo sobre sua localização geográfica, os marcos históricos

que a atravessam e as configurações da Galeria Municipal do Porto.

“Um elefante no Palácio de Cristal” foi o nome proposto para a primeira edição do trabalho do PING! com a história colonial portuguesa, em 2021, pela equipe curatorial convidada, composta por Alexandra Balona, Melissa Rodrigues e Nuno Coelho, e com a participação transversal do coletivo de artistas *InterStruct Collective*. A escolha dessa equipe reflete um mapeamento prévio do que já vinha sendo desenvolvido no contexto português e internacional. O PING! não se apresenta como uma iniciativa isolada, não é um trabalho que surge do vazio e que nem tenta se assumir como tal, mas como uma continuidade e um diálogo com pesquisas, ações e ativismos que já vêm sendo realizados sobre o legado colonial português, as políticas étnico-raciais e as questões de representação e literacia racial.

Três subtemas estruturaram essa primeira programação: i) Ética do Olhar e da Representação, debateu a literacia visual a partir dos registros fotográficos e visuais da exposição, trazendo a problemática de construção e manipulação de imagens, questionando: Quem olha quem? De onde olha? Como olha?; ii) Colonialismo, Capitalismo e Religião, explorou a relação entre poder político, econômico e ideológico, abordando questões como a política colonial extrativa, a escravatura, o trabalho forçado e o estatuto do indigenato; iii) Encenação do Império Colonial, convocou esta e outras exposições coloniais para uma análise histórico-política, discutindo suas reminiscências na memória e no espaço contemporâneo.

A programação do PING! envolve atividades de mediação e educação voltadas tanto para o público escolar quanto para o não escolar. São realizadas conferências, percursos pelos jardins, workshops e publicações. Após a primeira edição (2021), os anos que se seguiram (2022; 2023; 2024) o eixo-temático de trabalho em torno da exposição colonial permaneceu, entretanto como um trabalho independente da equipe curatorial inicial, por isso, mantendo a alusão ao elefante-paradoxo, recebeu o nome de “Memória de Elefante”.

O trabalho educativo de negociação em um local de memória

Desenvolver um programa público a partir da Primeira Exposição Colonial Portuguesa parece ser um assunto inevitável para o PING!, principalmente diante das crescentes demandas por um posicionamento institucional crítico diante das questões de representatividade, pluralidade no espaço público e reparação histórica.

O PING! é um programa recente, dinamizado por uma equipe pequena, mas que assume um trabalho institucional importante ao questionar o passado colonial e colocar a própria cultura e identidade portuguesa em problematização. O programa obriga-se a pensar sobre o espaço que habita, em meio a uma sociedade branca ainda em negação da violência que incide sobre a população racializada em Portugal, e que ainda olha o passado colonial utilizando desculpas carregadas do discurso lusotropicalista, repetindo narrativas fundadoras de uma ideia de Portugal como “o país dos Descobrimentos” e “o colonialismo brando” (Lança, 2021).

Ao considerar ambientes de aprendizagem que trabalham com patrimônios marcados por disputas históricas e políticas, bem como temas socialmente sensíveis e potencialmente controversos, como a relação entre história e memória das violências coloniais, Landkammer e Schneider (2021) propõem a criação de ambientes de aprendizagem onde os conflitos possam surgir, ser debatidos e negociados, em vez de amenizados ou silenciados.

Essa abordagem contrasta com práticas educativas hegemônicas em museus, galerias e instituições culturais, que frequentemente operam sob uma lógica de harmonia, evitando o confronto direto com suas tensões e contradições. Pensar o conflito como uma abordagem pedagógica no contexto de instituições levanta algumas questões: em que medida os espaços institucionais estão preparados para sustentar debates efetivamente transformadores, sem que as dinâmicas de poder presentes se reproduzam? Como garantir que essas disputas não reforcem

desigualdades estruturais, mas sejam capazes de desafiar hierarquias e abrir possibilidades para outros diálogos?

Assim, este estudo propõe uma leitura do trabalho educativo do PING! nos Jardins do Palácio de Cristal como um local de memória, um espaço em tensão, negociação e disputa, onde é possível abrir possibilidades para reimaginar as formas de lembrar e reparar a história colonial. Recorre-se às ideias da curadora e educadora branca Nora Sternfeld (2011) que, ao refletir sobre o trabalho expositivo e educativo em locais de memória, enfatiza que a questão central não é mais se devemos lembrar, mas como lembrar.

Se a memória pode ser mobilizada tanto para reafirmar mitos identitários quanto para desestabilizar narrativas hegemônicas, quais estratégias o PING! adota para que o processo de rememoração contribua para mudanças e provocações, ainda que mínimas, na sociedade portuguesa? “A criação de uma memória coletiva de crimes do passado pode garantir o fim da injustiça?” (Knapp, 1989, *apud* Hartman, 2020, p. 945). No entanto, se lembrar não é o suficiente, como transformar o trabalho com essa memória em ação reparadora? E de que maneira as dinâmicas de poder branco influenciam as estratégias, os alcances e as limitações do trabalho com o passado colonial?

Entre as questões e metodologias propostas pelo PING! ao longo desses anos de trabalho, o programa se estrutura a partir da revisitação da cultura material, dos arquivos e das reminiscências coloniais associadas ao contexto da cidade do Porto. Como desconstruir arquivos coloniais? Como propor novas/outras formas de expor as imagens que neles existem? Quais conflitos éticos estão implicados no ato de mostrar/de ver? Essas questões atravessam as propostas do programa, sobretudo ao considerar que o arquivo produzido durante a Primeira Exposição Colonial Portuguesa é um arquivo violento, carregado de imagens e documentos encenados para reforçar a narrativa imperial portuguesa, sustentada principalmente pela exotização e primitivização de Outrem.

Para Sternfeld (2011), os espaços expositivos e educativos que trabalham com locais de memória lidam com dois aspectos: o que aconteceu nesse lugar e o que isso significa para a sociedade atual. O primeiro aspecto, que se refere aos acontecimentos históricos, pode ser acessado por meio de materiais e arquivos - documentos, fotografias, vestígios nos locais, depoimentos e interpretações historiográficas. Sternfeld chama atenção que esse processo não pode ser reduzido a uma simples atribuição de significados fixos, mas deve questionar criticamente as culturas e formas de transmissão do conhecimento.

Ao mobilizar arquivos e memórias da Exposição Colonial, o PING! assume um trabalho de investigação sobre o que aconteceu, convidando pessoas artistas, educadoras, ativistas, para trazer uma leitura interdisciplinar e a partir de diferentes lugares de fala sobre o assunto. Nesse sentido, a mediação educativa do PING! propõe uma prática de negociação coletiva da memória hegemônica, abrindo espaço para a construção de novos entendimentos e para desestruturar o que era dado como certo.

Esse deslocamento nos leva ao segundo aspecto da reflexão de Sternfeld (2011): o significado desse evento para o presente. Para a autora, o trabalho em locais de memória deve ser construído de forma participativa, constante e coletiva, abrindo espaço para que diferentes perspectivas possam emergir. Embora o passado não possa ser negociado, é possível negociar os sentidos atribuídos a ele no presente. É nessa direção que Sternfeld amplia o conceito de “zona de contato”, desenvolvido por James Clifford com base nas ideias da antropóloga Mary Louise Pratt, para a noção de “zona de conflito agonística”.

Clifford (2016) pensa os museus como zonas de contato, onde diferentes histórias, perspectivas e formas de conhecimento entram em conflito, negociação e resignificação. As zonas de contato são “espaços sociais nos quais diversas posições sociais e culturais entram em contato e têm que coexistir - mais ou menos conflituosamente - e ser negociadas” (Sternfeld, 2011, para. 6). Esse conceito entende que o museu e a

instituição não são um lugar de encontro pacífico, são compreendidos como estruturas dinâmicas, onde diferentes lutas sociais se manifestam em um processo contínuo de disputa pelo poder de interpretação.

Existe também uma preocupação ao considerar o conceito de zona de contato nos museus, especialmente quando se considera a natureza neocolonial das instituições museológicas. Boast (2011) argumenta que, nos museus, a zona de contato opera de forma assimétrica, onde o centro hegemônico acaba sempre favorecido. Ou seja, embora possa haver abertura para outras vozes, essa abertura ocorre predominantemente no nível de consulta e sensibilização. Ainda que muito importantes, elas não alteram o fato de que, no final das contas, o museu continua sendo a entidade que detém a posse das obras, funcionando como um local de acumulação e autoridade sobre a memória e a história.

Se nos museus a assimetria de poder se revela na manutenção da autoridade institucional sobre os acervos e narrativas, no campo educativo a questão se desdobra na forma como o conhecimento é produzido e compartilhado. Sternfeld (2011), ao levar essa discussão para o trabalho educativo em locais de memória, questiona como desafiar as narrativas históricas dominantes, falando sobre as diferenças, sem as reproduzir. Para isso, ela propõe o deslocamento conceitual que enfatiza a coexistência e negociação entre diferentes perspectivas, e também a inevitabilidade do conflito. Ela amplia o conceito de zonas de contato com o conceito de “agonismo” de Chantal Mouffe, chamando-o de “zona de conflito agonística”: um espaço aberto, mas ao mesmo tempo engajado.

Nessa perspectiva, o conflito não é algo a ser evitado ou superado, mas sim reconhecido como inerente à construção do conhecimento. É importante reforçar que essa concepção não significa neutralidade. Pelo contrário, a prática agonística implica tomar partido. Assim, Sternfeld argumenta a favor de um trabalho histórico e educativo que tenha abertura ao posicionamento participativo e reflexivo, onde todas as pessoas

envolvidas podem se posicionar, mas que a mediação não deixe de se posicionar ativamente a causas inegociáveis como o antirracismo e o antifascismo.

Quando a branquitude se acha no direito

A partir desses dois aspectos do trabalho com locais de memória abordados por Sternefeld (2011) - o material histórico e a zona de conflito agonística - recapitula-se, com base em anotações de diário de campo de 2024, um episódio observado em atividade da programação do PING!. Durante o percurso conduzido por uma pessoa portuguesa negra, que propunha uma leitura sobre as narrativas coloniais que se perpetuam nas ruas e no espaço público do Porto, o público foi guiado por lugares culturais e comerciais geridos por comunidades negras portuguesas e imigrantes. A atividade, aberta ao público geral, reuniu cerca de dez participantes. Após quase três horas de percurso onde conversamos sobre raça, racismo, colonialismo e identidade portuguesa, chegamos ao ponto final: uma loja de artefatos africanos, gerida há mais de 20 anos por um senhor de Bali.

Nesse momento final, uma participante, branca e portuguesa, iniciou um confronto sobre o uso do conceito de “raça”. Para ela, insistir nesse termo reforçava divisões e acentuava diferenças que deveriam ser superadas. Argumentava que o correto seria falar em “etnia” e evitar referências à “raça”, pois acreditava que o próprio uso do termo perpetuava a segregação. Outro participante branco reforçou essa visão, dizendo que “raça” já não deveria ser usada, pois todos pertencemos à “raça humana”.

A pessoa mediadora respondeu de forma didática explicando que “raça” é uma construção social criada para justificar hierarquizações e que, enquanto esse conceito estrutura desigualdades, ele precisa ser nomeado para ser combatido. A participante branca, no entanto, insistia no não uso de “raça”, direcionando sua crítica como um suposto “conselho”

sobre como esse assunto deveria ter sido conduzido ao longo do percurso. Afirma que sua intenção era sugerir uma estratégia de comunicação mais eficaz, alegando que a abordagem utilizada ali radicalizava a questão e poderia gerar um efeito contrário ao desejado. Mesmo a pessoa mediadora contextualizando ao dizer que situações como essa, quando uma pessoa branca diz o que uma pessoa negra pode ou não falar e como falar, sempre que tentava abrir o diálogo era prontamente interrompida pela senhora branca.

Diante da dimensão que a discussão tomou, a coordenadora do PING! e representante da instituição naquele momento, interveio. Reconhecendo o desgaste que isso poderia gerar a convidada a mediar o percurso, a pessoa que na figura de dinamizadora da atividade estava em uma posição de quem havia pensado e programado o percurso previamente e estava a conversar com nós por três horas seguidas. A coordenadora assumiu um papel institucional e encerrou o percurso, mas não encerrando aquela discussão, disse: “a conversa pode continuar comigo, porque também me interessa do ponto de vista da instituição e da mediação”, e seguiu sua fala sugerindo leituras e referência que poderiam aprofundar as questões que foram trazidas.

A ordem colonial branca no presente

Este episódio permite pensar o percurso como uma zona de contato. No sentido de Pratt (2008 [1992]), a ideia de “contato” enfatiza as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, ao mesmo tempo em que se reconhece a relação de poder desigual presente nessas interações. Além disso, a partir de Landkammer e Schneider (2021) e Sternfeld (2011) observa-se como o conflito é uma parte importante na construção de um trabalho educativo e de memória que acolha a complexidade dos contextos históricos, garantindo que diferentes perspectivas e experiências sejam levadas em consideração. O conflito, nesse

sentido, não é um problema a ser evitado, mas uma parte importante a ser negociada.

No entanto, o que aconteceu nessa situação ultrapassa a dinâmica agonística do que poderia ser um dissenso produtivo como proposto por Sternfeld. A reação da participante branca portuguesa, ao tensionar o uso do conceito de “raça”, não foi algo novo, é um padrão comum quando pessoas brancas são confrontadas com as questões da branquitude. Ainda que nessa análise não sabemos se a equipe do PING! esperava especificamente esse tipo de confronto, principalmente considerando que se trata de uma instituição constituída majoritariamente por pessoas brancas europeias, ficou evidente que tais confrontos são inevitáveis.

A negação do conceito de raça, nesse contexto, funciona como um mecanismo de defesa do ego branco (Kilomba, 2020), um recurso que, ainda que inconsciente, evita o confronto com as realidades do racismo e recusa a verdade. A branquitude, que historicamente criou a diferenciação racial, agora procura impor uma harmonia que não existe, que é falsa e precária (Eddo-Lodge, 2021). Aqui, a ordem colonial continua a se reproduzir, mesmo que com outras formas, mantendo o mundo branco como o centro. Como escreve Pinheiro (2023, p. 40): “Essa mesma branquitude que criou o conceito de raça hoje lava as mãos afirmando que raças não existem e que o que existem são raças humanas”.

A postura da participante branca não apenas negava o conceito de raça, mas também procurava regular a fala da pessoa negra que conduzia a atividade. Essa é uma dinâmica racista, evidenciando como a branquitude opera ao buscar manter o controle até mesmo sobre os discursos antirracistas, tentando enquadrá-los dentro de uma narrativa mais confortável para sujeitos brancos. O agonismo é produtivo enquanto há um dissenso que pode ser negociado. Mas, quando o conflito atravessa a linha do dissenso e se torna uma atitude racista e violenta, a instituição tem a responsabilidade de tomar uma posição. E é aqui que podemos entender quando Sternfeld (2011) enfatiza a ideia da não neutralidade na “zona de

conflito agonística”, a instituição precisa se posicionar e assumir o cuidado para além de apenas cumprir uma agenda de representatividade.

Outra situação registrada em diário de campo em 2023 ocorreu durante workshops dinamizados por uma artista negra brasileira na programação do PING!. Realizados em uma escola da região do Palácio de Cristal, os workshops partiram de uma abordagem decolonial com os arquivos da Primeira Exposição Colonial Portuguesa e os Jardins do Palácio de Cristal. A artista trabalhou a manipulação de imagens a partir da reflexão de palavras que promovam o empoderamento, dignificação e expansão do sujeito exposto nas imagens do acervo da exposição colonial. Ela propôs a recriação de modos de observação de si e do outro, criando uma instalação coletiva.

Antes do trabalho ser realizado com estudantes do 9º ano, a artista propôs um encontro com professoras/es. O objetivo era fomentar reflexões sobre lugar de fala e escuta, introduzir um vocabulário antirracista e repensar as imagens associadas a pessoas racializadas. Participaram da atividade três docentes, das disciplinas de português e história.

Foram introduzidas imagens da Exposição de 1934, incluindo registros das pessoas que foram expostas no zoológico humano. Ainda que de início houvesse um consenso de que a exposição colonial foi um ato violento, conforme o debate sobre a violência dessas imagens se aprofundava surgiram tensões que evidenciam os desafios do trabalho com o passado colonial com um público majoritariamente branco.

Em um momento, ao observar uma das imagens, um professor comentou, em tom de riso, que seu avô havia visitado a exposição e que, segundo ele, uma das mulheres expostas havia se “jogado a seus pés”, como uma tentativa de permanecer em Portugal. Seu riso carregava um imaginário que reitera a colonialidade do desejo e a narrativa do homem branco como salvador.

Outra situação marcante ocorreu quando uma professora, ao tentar relativizar a questão racial, se dirigiu à artista mediadora afirmando que ela, por exemplo, “não era negra”. Diante do incômodo da artista, que expressou que essa fala a magoava e pediu que essa fala não se repetisse, a professora continuou insistindo, sem se desculpar.

Esses episódios exemplificam precisamente o que Kilomba (2020, p. 25) denuncia: “o racismo cotidiano não como mera reencenação do passado colonial, mas como realidade traumática que tem sido ignorada”. Significa uma atualização contínua da ordem racial branca, operada através do racismo e de suas estratégias de manutenção do poder. O comentário do professor transformou em “piada” a violência colonial ao descrever o suposto envolvimento do avô com uma mulher exposta na exposição colonial, revela como a colonialidade do desejo ainda estrutura as relações raciais. Seu riso banaliza o sofrimento histórico das pessoas expostas, e também reforça a fantasia da submissão feminina negra e o protagonismo do homem branco. Ao inverter os papéis e sugerir que o avô fosse a “vítima” de uma suposta sedução, ele reconfigura a narrativa de maneira a deslocar a responsabilidade e a preservar a branquitude de qualquer culpa.

Da mesma forma, a atitude da professora ao se achar no direito de negar a negritude da mediadora e ignorar quando o incômodo é expresso, reafirma a autoridade branca na definição da identidade racial e na invalidação das perspectivas de Outrem. A representante do PING! presente na situação também interveio, se posicionando de maneira a não reduzir os comentários racistas e violentos como mera “opiniões” ou “mal-entendidos”.

No entanto, esse episódio evidencia um padrão de proteção da branquitude, no qual as falas racistas reiteram a mesma opinião que tinham sobre raça e sobre a ordem colonial quando entraram naquela sala. É comum ao fim da discussão a posição de que “claro, um zoológico humano é horrível”, mas essa condenação genérica do passado não implica

qualquer reconhecimento da continuidade do racismo no presente. Falar sobre o passado colonial é, acima de tudo, desafiar a construção da identidade racial branca portuguesa.

Uma tarefa incontornável

Esses episódios não são isolados, revelam camadas profundas da mentalidade colonial e racista que persiste na sociedade portuguesa. A identidade portuguesa foi construída em grande parte pela oposição a Outrem negro africano (Pereira, 2019), alimentada na ideia da superioridade da raça branca, que passou a ser camuflada na mentalidade branca portuguesa com discursos do “bom colonizador” e da “colonização branca”. As situações mencionadas durante as ações do PING! evidenciam que essa narrativa portuguesa continua latente e gritante, mesmo que com alguns disfarces.

A mediação proposta pelo programa não é (e nem pode ser) neutra; pelo contrário, precisa lidar com zonas de conflito agonísticas, onde o confronto com estruturas e mentalidades racistas e coloniais se faz presente. O trabalho com a Primeira Exposição Colonial Portuguesa torna-se um apelo ao presente e ao futuro. É fundamental que essa mediação também não se sinta imune de toda lógica social que está ao seu redor. Como revela Vêrges (2024), a instituição cultural é cúmplice do contrato racial, não é como se existisse em uma bolha isolada da sociedade em que está inserida.

Eu não poderia deixar de mencionar que essas situações também levantam as questões sobre as políticas de representatividade em instituições culturais. Retomo a questão que o PING! convida diferentes vozes, de diferentes territórios, para contribuir com o trabalho pedagógico e os debates, contratando - em termos de prestação de serviços - pessoas historicamente racializadas e imigrantes que já trabalham com essas questões no contexto nacional e internacional. Essa inserção, no entanto,

exige uma reflexão crítica sobre os limites e as contradições dessas políticas.

Como Mombaça (2020) aponta, ao analisar a “negrofobia” quanto a “negrofilia” a partir de Fanon, ambas operam dentro de uma lógica que instrumentaliza a negritude a um dado. Mombaça (2020, p. 7) diz que “o antídoto para essa patologia da Modernidade (o Racismo) não passa somente pela ‘valorização’ da negritude, mas pela abolição intensiva do Racial como descritor da diferença e do Valor como princípio ordenador da ética”. Esse é um risco das políticas institucionais de representatividade: quando limitadas a uma tendência superficial, podem reforçar a instrumentalização da presença negra sem questionar as hierarquias de poder que a condicionam. No contexto do PING!, ao convidar pessoas que já trabalham com essas questões e principalmente pessoas racializadas e imigrantes, demonstra um compromisso significativo no campo da mediação e educação, considerando a ausência de diversidade nos espaços institucionais portugueses. Mas isso não ignora o fato de que essas contratações ocorrem em regime de prestação de serviços, sem transformar a estrutura interna da instituição².

Outra questão que precisa ser constantemente negociada dentro do programa é o impacto dessas relações na própria dinâmica da mediação. As situações analisadas exemplificam isso: a mediação foi conduzida por uma pessoa negra, abordando temas socialmente sensíveis para um público majoritariamente branco. Nesse contexto, a hierarquia racial existente na sociedade se impõe independentemente da posição formal que a pessoa mediadora ocupa. As pessoas brancas que participam buscam redirecionar a discussão e impor sua perspectiva exercendo um poder que ultrapassa a estrutura do debate para reafirmar a supremacia branca.

2 Sem dúvida, essa questão mereceria um estudo mais aprofundado. A menção ao regime de contratação aqui não tem o objetivo de esgotar esse tema, mas de situar as limitações das políticas institucionais de representatividade no contexto português. No caso do PING!, compreender essas dinâmicas exigiria uma pesquisa específica sobre as estruturas institucionais que regulam essas práticas e que ultrapassam as decisões internas da equipe educativa.

Quando Mörsch (2016) reflete sobre os conflitos na educação na Documenta 12, é mencionado o nível de energia e as condições físicas que as pessoas mediadoras suportavam. Esse aspecto levanta o compromisso ético fundamental de garantir que a presença dessas pessoas no programa seja sustentada por práticas de cuidado. E aqui retorno a ideia de uma “zona de conflito agonística” considerando o trabalho nos locais de memória. Essa proposta significa que diferentes perspectivas e relações podem vir à tona, é um espaço aberto mas ao mesmo tempo implica ser partidário, se posicionando com um compromisso antirracista.

Revisitar criticamente o espaço que acolheu a exposição é uma obrigação e uma tarefa incontornável para a Galeria Municipal do Porto. O olhar atento para o passado pode ser entendido como “um gesto político de resgate e reparação das subjetividades das 324 pessoas exibidas na exposição de 1934, mas também como forma de questionar lógicas coloniais que, ainda hoje, perpetuam sistemas de exclusão, racialização e desumanização de pessoas não-brancas” (Balona, Rodrigues & Coelho, 2021, p. 7). Ao abordar as violências da exposição, o programa revela as próprias contradições da sociedade portuguesa no presente. O olhar atento para o passado incomoda a branquitude. Quando pessoas artistas e educadoras de gerações e geografias diversas são convidadas a pensar sobre o evento e dialogar com o público, a branquitude se sente ameaçada, são desestabilizadas estruturas que há muito tempo estão confortavelmente acomodadas.

Aqui, o trabalho na zona de contato não se trata apenas de negociar diferentes perspectivas sobre uma história do passado, mas de um embate direto com a mentalidade colonial e a ordem racial branca. Trata-se de uma abertura pedagógica que convida todas as pessoas envolvidas a se posicionarem. No entanto, essa abertura enfrenta limites quando a branquitude portuguesa resiste a questionar seu *status quo*. A ideia de uma “zona de conflito agonística” poderia ser um caminho produtivo para o trabalho com a história colonial portuguesa, onde a branquitude

pudesse colocar suas perspectivas em jogo, mas desde que houvesse um afastamento emocional (Diangelo, 2020). Isso significa que, ao confrontar o desconforto da humildade racial, a branquitude não buscasse se justificar por meio de reações emocionais defensivas e ataques ao outro, mas direcionar essa energia para um compromisso genuíno com a reflexão crítica sobre si mesma e sua branquitude.

Considerações Finais

Este estudo refletiu sobre as tensões e negociações que emergem nas situações educativas do PING! em torno da história colonial portuguesa, entendendo esse trabalho como uma prática situada em um lugar de memória. A reflexão mostrou que ambientes de aprendizagem em instituições artísticas e culturais, sobretudo quando se dedicam a temas socialmente sensíveis como racismo, branquitude e colonialismo, constituem espaços que inevitavelmente revelam contradições e demandam abertura e negociação de conflitos.

Quando o PING! revisita a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, os episódios observados revelaram como a branquitude portuguesa reage de forma defensiva diante do desconforto de ser convocada a assumir responsabilidades históricas. Nesse movimento, reatualizam-se gestos racistas que não pertencem apenas ao passado, mas incidem diretamente sobre o presente, sobretudo quando a mediação é conduzida por pessoas negras e imigrantes em lugares de memória, como os Jardins do Palácio de Cristal.

Diante disso, o artigo aponta para a necessidade de criar espaços educativos comprometidos com o trabalho com o desconforto racial branco, não como algo a ser evitado, mas como condição pedagógica. Tal exercício pode constituir um passo, ainda que mínimo, para provocar deslocamentos e contribuir para processos reparativos da história colonial.

REFERÊNCIAS

BALONA, Alexandra; RODRIGUES, Melissa; COELHO, Nuno. Um elefante no palácio de cristal. In: SEABRA, Matilde; SANTOS, Tiago D. d. (coords.). **Um elefante no palácio de cristal**. Porto: Galeria Municipal do Porto / Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., 2022. p. 5-7.

BOAST, Robin. Neocolonial collaboration: museum as contact zone revisited. **Museum Anthropology**, v. 34, n. 1, p. 56-70, 2011.

CEUPPENS, Bambi. Jardins zoológicos humanos e as suas vidas póstumas. In: SEABRA, Matilde; SANTOS, Tiago D. d. (coords.). **Um elefante no palácio de cristal**. Porto: Galeria Municipal do Porto / Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., 2022. p. 11-19.

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. **Periódico Permanente**, n. 6, p. 1-37, fev. 2016

COCOTLE, Brenda Caro. Nós prometemos descolonizar o museu: uma revisão crítica da política museal contemporânea. **MASP – Afterall: arte e descolonização**, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/arte-e-descolonizacao>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2020.

EDDO-LODGE, Reni. **Porque deixei de falar com brancos sobre raça**. Lisboa: Edições 70, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1. ed. Tradução de Alexandre Pomar. Lisboa: Letra Livre, 2022 [1952].

HARTMAN, Saidiya. Tempo da escravidão. Tradução de C. N. de Melo. **Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 927-948, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2020.

LANÇA, Marta. Memorial de homenagem às pessoas escravizadas: uma mnemónica aberta à cidade sobre a escravatura. **Re-Mapping Memories Lisboa**, 2021. Disponível em: <https://www.re-mapping.eu/pt/lugares-de-memoria/memorial-de-homenagem-as-pessoas-escravizadas>. Acesso em: 10 set. 2024.

LANDKAMMER, Nora; SCHNEIDER, Karin. Conflict learning: concepts for understanding interactions around contentious heritages. In: HAMM, Marion; SCHÖNBERGER, Klaus (Eds.). **Contentious cultural heritages and arts: a critical companion**. Wieser Verlag, 2021. p. 215-238.

MOMBAÇA, Jota. A plantação cognitiva. **MASP – Afterall: arte e descolonização**, 2020. Disponível em: <https://masp.org.br/arte-e-descolonizacao>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MÖRSCH, Carmen. Numa encruzilhada de quatro discursos. Medição e educação na documenta 12: entre Afirmação, Reprodução, Desconstrução e Transformação. **Periódico Permanente**, n. 6, p. 1-32, fev. 2016

PEREIRA, Ana Cristina. **Alteridade e Identidade na ficção cinematográfica em Portugal e em Moçambique**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2019.

PINHEIRO, Bárbara C. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes: Travel writing and transculturation**. 2. ed. New York: Routledge, 2008 [1992].

SARR, Felwine; SAVOY, Bénédicte. **The restitution of African cultural heritage: towards a new relational ethics**. Paris, 2018.

STERNFELD, Nora. Unglamorous tasks: What can education learn from its political traditions? **European Institute for Progressive Cultural Policies**, Viena, Dec. 2011. Disponível em: <https://eipcp.net/policies/sternfeld/en.html>. Acesso em: 8 fev. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. Lisboa: Orfeu Negro, 2024.

Data de submissão: 29/03/2025
Data de aceite:26/09/2025
Data de publicação: 29/10/2025